



O PROCESSO DE SILENCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: IMPLICAÇÕES SOCIAIS, EDUCACIONAIS, CULTURAIS E NA SAÚDE PÚBLICA

Simone Gomes Firmino¹
Carlos Bento Pereira Bento²
Kairo Ivan Trindade³
Silvone Pires da Silva Filho⁴

Resumo

O presente trabalho surgiu do projeto de pesquisa intitulado “A relação entre Educação, Saúde e Direitos humanos: a realidade brasileira sobre a sexualidade humana e o direito à saúde nos contextos social, escolar e familiar”, desenvolvido em escolas dos municípios de Ceres e Rialma, Goiás. A proposta surgiu em um contexto de sala de aula, onde foi possível perceber que os estudantes do Ensino Médio, travam, diariamente, um conflituoso paradigma referente à sexualidade humana e suas implicações. O objetivo desse trabalho foi investigar, dentro de um recorte regional, os fatores responsáveis pelo processo de silenciamento sobre orientação e conhecimento das questões relacionadas à sexualidade e saúde sexual enquanto direito humano, seja no contexto escolar, familiar e social em geral.

Palavras-chave: Educação sexual. Sexualidade humana. Saúde.

A Emergência da Problematização da Educação Sexual nas Escolas

O presente trabalho surgiu do projeto de pesquisa intitulado “A relação entre Educação, Saúde e Direitos humanos: a realidade brasileira sobre a sexualidade humana e o direito à saúde nos contextos social, escolar e familiar”, desenvolvido em escolas dos municípios de Ceres e Rialma, Goiás. O projeto teve duração de oito meses, sendo fomentado pelo Programa Institucional de apoio aos projetos de pesquisa em educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. O projeto em questão foi desenvolvido por uma coordenadora docente, dois estudantes bolsistas e um estudante voluntário.

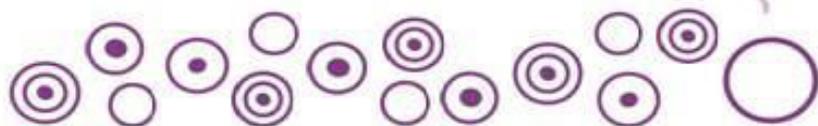
As numerosas dúvidas, os conflitos internos, os preconceitos, as significações sobre sexualidade e o tabu tornam a rotina escolar, social e familiar desses estudantes uma autêntica guerra na busca por respostas. A questão chave surgiu numa turma de primeiro ano do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio de Agropecuária no qual um estudante, timidamente, fez

¹Mestra em Educação em Ciências e Matemática-UFG, IF Goiano-Campus Ceres, simone.firmino@ifgoiano.edu.br.

²Graduando em Licenciatura em Ciências Biológicas, IF Goiano-Campus Ceres, carloshpbento@gmail.com.

³Graduando em Biomedicina, Faculdade Evangélica de Ceres, kairoivan22@gmail.com.

⁴Graduando em Licenciatura em Ciências Biológicas, IF Goiano-Campus Ceres, silvonefilho@hotmail.com.



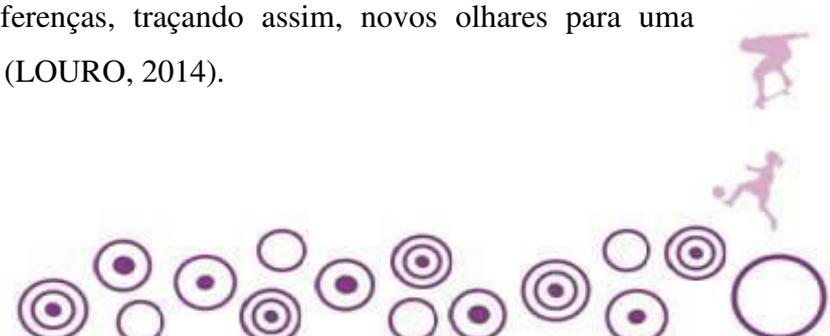


a seguinte indagação: “Professora, por que eu preciso usar camisinha e os outros animais não?” No momento do questionamento, a resposta da professora foi no sentido de tentar esclarecer que o fato de outros animais não utilizarem o preservativo, está relacionado aos processos de consciência e racionalização inerentes aos *Homo sapiens*.

Outros questionamentos motivaram a pesquisa, como: “Quantos de vocês estudantes já foram ao médico/a ginecologista/urologista/proctologista? Das meninas, quantas foram orientadas pelo/a médico/a ginecologista a usarem preservativo? Quantas de vocês que foram a um consultório ginecológico tiveram orientação sobre contraceptivos químicos, ou seja, anticoncepcionais? Por que os casos de infecção pelo vírus HIV no Brasil vem aumentando, significativamente, uma vez que, o país pode ser considerado como referência no tratamento e na distribuição gratuita dos medicamentos contra o HIV/AIDS? Por que os índices de gravidez na adolescência vêm crescendo assustadoramente? Quais fatores influenciam essa realidade? São sociais? Culturais? Políticos? Econômicos/financeiros? Religiosos? Por que no Brasil as questões relacionadas à sexualidade humana, seja no contexto escolar, familiar ou social são tão negligenciadas?”

Buscamos explorar a relação entre Educação, Saúde e Direitos Humanos, nos contextos social, escolar e familiar, baseados na realidade da não abordagem sobre conteúdos, conceitos e temas específicos sobre Sexualidade humana. E que assim sendo, enfrentamos um crescente silenciamento sobre estas questões, que inegavelmente, são fundamentais para o processo de formação dos sujeitos, no que se refere à autonomia, à autoestima, à autopreservação e à aprendizagem. Isso pois, a essência do processo de ensino-aprendizagem também está no processo de construção da própria pesquisa, ou seja, inserida nos saberes e competências dos professores. Assim, podemos definir competência como a capacidade de fazer e fazer-se oportunidade, onde o questionamento reconstrutivo deve atuar como base inovadora através do conhecimento, além de alavancar os processos de formação do sujeito histórico capaz (DEMO, 2007).

O contexto escolar é uma opção promissora para repensar, criticar, refletir e dialogar sobre a Educação Sexual e as relações sociais envolvidas nesse processo. Mesmo sabendo que, essa mesma escola também produz diferenças, distinções e desigualdades, o que a torna essencial no processo de formação dos sujeitos, e por isso é de suma importância buscar superar essa construção escolar de diferenças, traçando assim, novos olhares para uma realidade escolar contemporânea e sadia (LOURO, 2014).





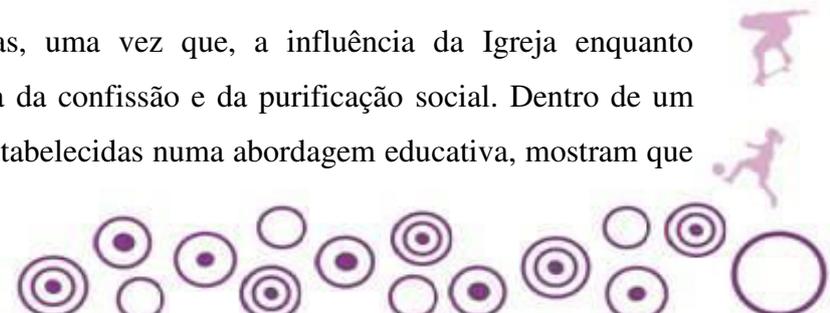
O direito à orientação sobre a sexualidade deve ser inserido no direito à saúde, que todo e qualquer ser humano tem; isso porque, a saúde não se trata de um conceito abstrato mas, é definida em um contexto histórico das sociedades e deve ser conquistada pelas populações em suas lutas cotidianas (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 1987). A constituição de 1988 inovou ao reconhecer a saúde como um “direito de todos e dever do Estado”, dessa forma o conceito de saúde foi ampliado para incorporar, além de aspectos curativos e preventivos, questões relacionadas às condições e modos de vida das populações (BRASIL, 2008).

O Silêncio Dentro dos Muros das Escolas

A escola é sim o espaço onde devemos discutir sexualidade. No entanto, a realidade de grande parte das escolas brasileiras, dados comprovados através de pesquisas da área de Ensino e Educação, se configura na quase inexistente presença de orientações de cunho sexual e na cultura do silêncio sobre questões relacionadas à sexualidade enquanto temática. O papel da escola deveria ser o de transformar e modificar as bases epistemológicas e sociais dos sujeitos formados cidadãos; porém, a escola de hoje são os cidadãos que não foram assim formados, o que impede que esses cidadãos formem futuros cidadãos transformadores. Contudo, podemos tentar mudar essa realidade, intensificando trabalhos voltados à temática da Educação sexual e sexualidade; mostrando que a orientação de cunho sexual e a sexualidade é antes de tudo um direito à saúde (LOURO, 2014).

Podemos pensar que o discurso sobre sexo foi sendo modificado de acordo com o surgimento de novas gerações e com as novas expectativas sobre o sexo. No entanto, Foucault, considera que ao passar dos tempos, contrariamente a uma transformação positiva, houve uma expurgação bastante rigorosa dos discursos e do vocabulário autorizado. Decência doutrinária originou diversos filtros para as palavras relacionadas ao sexo, o que acabou por reprimir as enunciações em locais, situações, determinados locutores (mulheres, por exemplo), relações sociais, etc. Culminando assim, em um silêncio absoluto em específicas regiões e situações sociais, como, por exemplo, o diálogo entre pais e filhos e educadores e alunos (FOUCAULT, 1988).

Esse silêncio doutrinário dos discursos sobre o sexo seria decorrente de um fator religioso que ao longo das gerações foi transformando a sexualidade humana e todas as suas atribuições em questões marginalizadas, uma vez que, a influência da Igreja enquanto instituição de poder, imputava a cultura da confissão e da purificação social. Dentro de um contexto histórico, as relações sociais estabelecidas numa abordagem educativa, mostram que





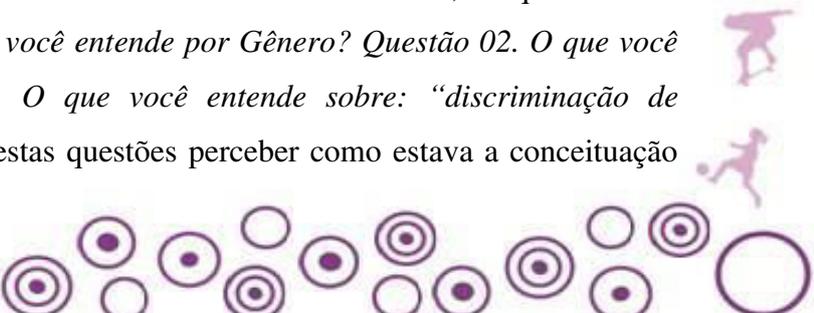
os próprios processos educativos não conseguem desconstruir as diferenças consolidadas por um sistema cruel de relações de poder. Isso significa que a escola apenas reproduz o mote de relações, sejam sociais ou de poder, que a sociedade em geral consolida (LOURO, 2014).

Precisamos sempre nos questionar o porquê é tão dificultosa a abordagem sobre essa temática nos vários contextos da sociedade. Isso porque, atualmente, há uma gama de denominações e conceituações sobre vários elementos da sexualidade humana. As normativas impostas às escolas, por exemplo, levam ao engessamento dos currículos, os quais atendem apenas a padrões pré-estabelecidos e privilegiados da sociedade. Discussões sobre gênero e sexualidade em geral tornam-se verdadeiros tabus dentro de instituições escolares, familiares e sociais. Dessa forma podemos associar fatores histórico-culturais a essa realidade, que nos permitem relacioná-los aos diversos discursos sobre sexo ao longo dos séculos.

O Silêncio Transvestido de Educação

Elaboramos um questionário que foi aplicado em 3 três escolas públicas, duas no município de Ceres e uma no município de Rialma. Foram aplicados 303 questionários, divididos em três escolas em turmas de primeiro, segundo e terceiro ano do Ensino Médio. A intenção era aplicar para todos os alunos das três escolas, porém, por fatores restritivos da gestão das escolas, não foi possível. As escolas apresentaram resistência substancial em relação à aplicação do questionário. Porém, permitiram com ressalvas conservadoras e de cunho religioso sua aplicação. Ouve uma fala de um membro da gestão de uma das escolas que causou discussão e reflexão para o grupo pesquisador: *“Não permitiria que minha filha adolescente respondesse esse questionário. Nossos alunos aqui não têm maturidade para responder a estas questões. Podem aplicar, mas não precisam explicar o projeto/pesquisa”*. Entendemos que tal fala justifica o que chamamos de processo de silenciamento de temas como esse e que esse silêncio ou a ausência da abordagem também se configura como forma de educar as crianças e os jovens em formação.

O interessante é perceber que o questionário não traz nada de mais, nada de pejorativo ou de cunho pornográfico mas, que este incomodou profundamente o senso conservador e silenciador de alguns educadores, é fato. O questionário é constituído por vinte e uma questões, com perguntas objetivas e subjetivas (discursivas); as três primeiras questões são discursivas, portanto, era esperado que muitos as deixassem em branco, o que deveras aconteceu. São elas: *Questão 01 - O que você entende por Gênero? Questão 02. O que você entende por Sexualidade? Questão 03. O que você entende sobre: “discriminação de orientação sexual”?* Pretendíamos com estas questões perceber como estava a conceituação



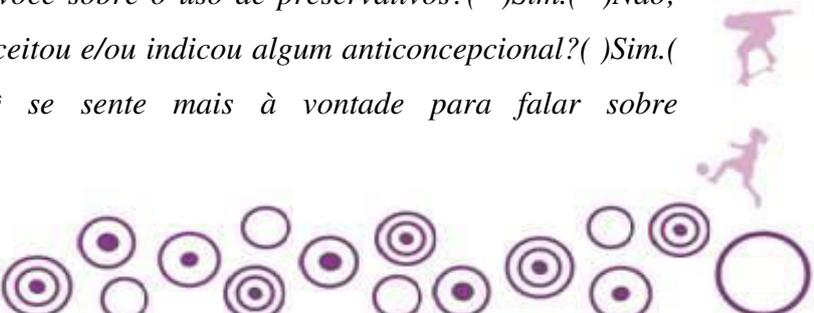


dos alunos com relação a esses temas específicos. Boa parte dos questionários, cerca de 40%, estavam em branco para essas questões.

Nesse sentido, no que se refere à questão 1, a maior atribuição para essa questão, foi para a categoria *Masculino e Feminino* de um total de 303 estudantes (105 meninas e 198 meninos), apenas 16,5% destes consideraram outras categorias para gênero, como *Transgênero* e *Outros gêneros sexuais*. Isso pode ser explicado pelo não conhecimento de conceitos como gênero e transgênero, dentro de um contexto de definição sobre vários espectros de expressões de gênero. Os estudantes confundem muito sexo e gênero, por isso a primeira relação que fazem é a binária configuração de masculino e feminino. Caso houvesse de fato uma Educação sexual que esclarece todos esses conceitos, haveria menos dúvidas sobre tais conceitos e, diga-se de passagem, menos preconceito.

As questões 2 e 3, também seguiram as atribuições da primeira e quando responderam, se afastaram muito de suas significações conceituais específicas. Categorias como, *Ser gay, lésbica ou heterossexual; Relações sexuais ou sexo; Opção sexual*; apareceram com maior frequência nas respostas, e nos remeteram ao fato de que, a base de conhecimento dos estudantes sobre a temática é o conhecimento comum reproduzido de discursos gerais, midiáticos e virtuais. É considerável entendermos que o discurso da publicidade é um mecanismo eficiente também na formação pedagógica, e que este está presente, de forma sociocultural em nossa realidade.

As demais questões de 4 a 21, tiveram proposições de múltipla escolha, como Sim e Não, e em algumas houve espaço para justificativas. Selecionamos algumas para fazerem parte deste trabalho, principalmente, aquelas em que obtivemos dados e análises mais precisas, por isso as apontaremos nas considerações finais. São elas: *Questão 05. Você se sente bem em discutir sobre sexualidade dentro da sala de aula?* () Sim. () Não. () Indiferente; *Questão 06. Em sua escola, os professores promovem discussões relacionadas sobre sexualidade na sala de aula?* () Sim. () Não; *Questão 08. Dos grupos abaixo, de qual você recebeu o maior número de informações sobre sexo?* () Família. () Escola. () Amigos. () Igreja (grupo de jovens). *Questão 12. O que você entende sobre DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis)? Conhece alguma DST?* *Questão 16. Você já foi ao ginecologista/urologista/proctologista?* () Sim. () Não; *Questão 19. O ginecologista/urologista conversou com você sobre o uso de preservativos?* () Sim. () Não; *Questão 20. Meninas, o ginecologista receitou e/ou indicou algum anticoncepcional?* () Sim. () Não. *Questão 21. Com quem você se sente mais à vontade para falar sobre*





sexo/sexualidade/gênero?()Mãe ()Pai()Irmão/Irmã()Tio/Tia()Amigo/a()Professor/a()
Outros.

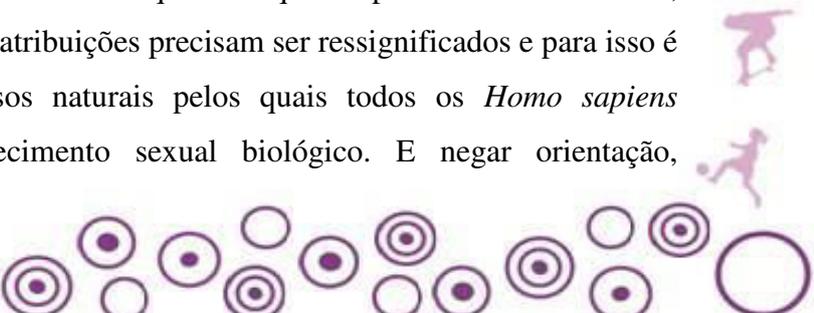
Considerações Finais

No decorrer da pesquisa ficou clara a importância da Educação sexual, enquanto orientação sobre sexo e sexualidade para estudantes adolescentes. Uma vez que, no momento da aplicação do questionário questões como a 12 e 16, tornaram-se motivo de preocupação, pois muitos estudantes nem se quer sabiam ou ouviram falar em DST e ginecologia/urologia/proctologia. A primeira barreira encontrada, foi a própria resistência da gestão escolar, em receber nossa pesquisa, isso denota o silenciamento sobre orientação sexual e processos educativos que poderiam auxiliar o desenvolvimento sexual saudável desses estudantes. As questões 1, 2 e 3, também nos mostrou o quanto é essencial o conhecimento científico sobre as questões de gênero e sexualidade inseridas nos processos educacionais. Os estudantes demonstraram extrema curiosidade e interesse sobre essas questões dispostas no questionário, porém, a limitação de conhecimentos e informações deturpadas prevalecem no cotidiano escolar.

O sexo e a sexualidade devem ser encarados como uma atribuição natural da formação de identidade de cada sujeito. Os fatores históricos, culturais, sociais e religiosos, contribuíram ao longo dos tempos para um constructo social onde se nega o direito de saber e conhecer sobre tais questões aos adolescentes, que em idade de transição sofrem e pagam pelo silêncio e repressão dos adultos. A escola tem como função social fazer parte dessa formação de identidades sexuais, tendo como dever o educar para a diversidade das formas culturais contemporâneas.

A falta de diálogo exige os interlocutores de se aprofundarem nos conceitos que poderiam servir de base formativa para cidadãos conscientes, sensibilizados, informados, e além do mais, base para a autopreservação enquanto sujeitos emancipados. Contudo, o que encontramos, na maioria das vezes, são adolescentes sem conhecimentos, sem informações corretas, cheios de dúvidas, inseguros, reprimidos, repletos de preconceitos e sem apoio emocional e psicológico. E o mais grave está no fato de que tudo isso reflete no desenvolvimento educacional e pessoal dos nossos estudantes.

Desse ponto de vista chegamos à conclusão que esse quadro precisa ser modificado, que a escola e seus atores junto com suas atribuições precisam ser ressignificados e para isso é importante compreendermos os processos naturais pelos quais todos os *Homo sapiens* passam, como é o fato do amadurecimento sexual biológico. E negar orientação,





conhecimento e informações a esses sujeitos em formação se configura em um sério caso de saúde pública trazendo consequências sérias, muitas vezes irreversíveis, para as gerações futuras.

Referências

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. PROGRAMA NACIONAL DE DST E AIDS. **Direitos Humanos e HIV/Aids: avanços e perspectivas para o enfrentamento da epidemia no Brasil**. 168 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Parcerias e Mobilização Social; n. 6), 2008.

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. 8ª ed. Campinas, SP: Autores associados, 2007.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

